

Reflexões Sobre os Novos Paradigmas do Século XXI¹

Francisco Petros

Os novos paradigmas podem destruir o Ocidente, quando o verdadeiro enigma é se o Ocidente ainda deseja sobreviver.

O mundo contemporâneo, face à cultura de velocidade em nomear tudo como “novo”, apresenta-se como verdadeira ruptura, sobretudo das estruturas, mas também como repetição de velhas promessas que, não raro, se cumprem às avessas.

Nunca tivemos tantos algoritmos a nos orientar (ou desorientar), e paradoxalmente, nunca estivemos tão perdidos. É como se a bússola da modernidade girasse em falso, sem norte magnético, condenada a apontar para todos os lados e para lado nenhum. O resultado é uma sensação de movimento constante. Ironicamente, o processo pouco nos desloca, como a dança circular de um pião que gira sem sair do lugar. Os desafios estruturais permanecem. Vejamos.

Nesse cenário, a política, a economia e a sociedade se reinventam em paradigmas que mais parecem simulacros do novo do que verdadeiras novidades. São anúncios da transformação radical, mas que, observados com atenção, lembram a amarga constatação de que o futuro deverá incluir a reencenação ampliada das velhas contradições da humanidade e, especificamente, de nosso país, o Brasil. Como numa peça trágica, os atores trocam as máscaras, mas o enredo permanece o mesmo: a luta pela dominação geopolítica e política, a angústia da desigualdade social, a fragilidade da democracia e a promessa, sempre adiada, de uma ordem racional, observados valores, digamos, aceitáveis.

A política, em particular, revela-se o palco mais instável dessa encenação. O que antes era chamado de “democracia liberal” tornou-se, nas últimas décadas, objeto de desconfiança. O “governo do povo”, como proclamava a tradição ocidental desde Atenas, tornou-se suspeito não apenas para seus inimigos declarados - os modernos autocratas e déspotas - mas também para seus beneficiários. O paradoxo é cruel: cidadãos que desfrutaram dos valores das liberdades civis e direitos políticos agora duvidam de sua “utilidade”, como herdeiros ingratos que questionam o valor da herança recebida. O Brasil, infelizmente, está ao meio desse cenário, quando a grande maioria esteja silenciosa.

Do ponto de vista de dados e informações, os relatórios internacionais mais recentes confirmam esse mal-estar: a série histórica do *V-Dem Institute*, em seu *Democracy Report 2025*, indica que o fenômeno da autocratização, outrora restrito a países periféricos,

¹ Apresentado na palestra Proferida para os alunos da Faculdade de Direito da UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 07.11.2025.

tornou-se endêmico no coração do Ocidente². Já o relatório *Freedom in the World 2025*, publicado pela *Freedom House*, assinala o oitavo ano consecutivo de declínio global das liberdades, apontando que mais da metade da população mundial vive sob regimes considerados “não livres”³. O *Global State of Democracy Report 2024*, do *International IDEA*, acrescenta um dado particularmente perturbador: em cerca de 20% das eleições recentes, inclusas as de países centrais do capitalismo, os resultados foram contestados por perdedores, em clara erosão da confiança no processo eleitoral⁴. Vejam que Jair Messias Bolsonaro agiu nesse sentido e desde o início de seu mandato, em um contexto que não é isolado e que não desapareceu com o aparente ocaso do ex-presidente.

Ora, quando o voto deixa de ser “consenso mínimo”, o que pode restar da democracia, não é mesmo? Se a regra básica do jogo é recusada, a partida inteira perde legitimidade intrínseca. Não é que o jogo se torne imprevisível: o jogo desaparece, substituído por uma lógica cujo destino é incerto.

A ascensão do populismo, tão comentada e, a meu ver, tão mal compreendida, insere-se nesse quadro. O famoso *best-seller* de Levitsky e Ziblatt, em *How Democracies Die*, mostram que a morte democrática raramente se dá por golpes espetaculares. O colapso é lento, sorrateiro, um processo de desgaste das normas informais que sustentam as instituições⁵. Yascha Mounk, em *The People vs. Democracy*, vai além: o populismo surge não apenas como “ameaça”, mas como resposta a um “mal-estar real” - a sensação de que as democracias se tornaram prisioneiras de elites desconectadas das massas⁶. Aqui está a ironia, especialmente perigosa para o Brasil desigual: ao tentar curar o mal da distância entre governantes e governados, o populismo aprofunda essa mesma distância, convertendo a política em plebiscito permanente, uma espécie de teatro interativo em que o público aplaude e vaia, mas nunca realmente governa. Não foi o que ocorreu desde 2010 (pelo menos) por aqui? Esconder-se na ideia de que as “instituições são fortes” é um erro analítico grave. Basta ver os EUA nesse momento, cercado de riscos institucionais.

A variável política desse novo paradigma, portanto, é a *erosão da legitimidade*. Não se trata apenas da legitimidade do governante ou do partido no poder, mas da própria legitimidade do sistema democrático como forma de governo. A democracia já não é percebida como um meio legítimo, mas como um instrumento contingente, útil apenas enquanto garante prosperidade econômica e estabilidade social. No contexto atual, quando falha a democracia nesses quesitos, a tentação autocrática aparece como uma solução quase natural. É a velha tentação de trocar a liberdade pela segurança - embora,

² V-DEM INSTITUTE. *Democracy Report 2025: Autocratization Turns 25*. University of Gothenburg, 2025

³ FREEDOM HOUSE. *Freedom in the World 2025: The Mounting Costs of Repression*. Washington, D.C., 2025.

⁴ INTERNATIONAL IDEA. *The Global State of Democracy 2024: The Age of “Winner-Takes-All” Politics*. Stockholm, 2024.

⁵ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *How Democracies Die*. New York: Crown, 2018

⁶ MOUNK, Yascha. *The People vs. Democracy: Why Our Freedom Is in Danger and How to Save It*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

como sempre, ao final se perca ambas. Lembremos, na ditadura brasileira pós-1964, o binômio *Segurança e Desenvolvimento*.

Os dados corroboram essa tendência. O relatório *Global Risks Report 2025*, do World Economic Forum, aponta que a polarização política e a erosão da confiança institucional figuram entre os principais riscos globais para os próximos dez anos, ao lado da crise climática e das enormes transformações tecnológicas⁷. O curioso é que, mesmo diante dessa constatação, a resposta política parece ser justamente intensificar as práticas que nos trouxeram até aqui: maior concentração de poder econômico e político, menos transparência e mais hostilidade ao dissenso. A leitura diária da mídia brasileira e mundial reflete esse cenário.

Não é exagero dizer que a política se transformou em um campo de batalha simbólico, em que a desinformação ocupa lugar central. O estudo clássico de Vosoughi, Roy e Aral, publicado na revista *Science*, demonstrou que as notícias falsas circulam nas redes sociais com maior rapidez e alcance do que as verdadeiras⁸. Se a política é a arte de narrar o mundo em comum, então vivemos uma era em que essa narrativa se fragmenta em milhões de estilhaços contraditórios. A verdade já não é construída coletivamente. De fato, é customizada em pacotes digitais, servida sob medida a cada consumidor-eleitor. E, como em toda loja virtual, há sempre a possibilidade de “adicionar ao carrinho” a versão mais conveniente da realidade. A fragmentação é imensa, senão “líquida”, nas palavras de Zygmunt Bauman.

O risco, aqui, como apontamos em outros artigos e ensaios, não é apenas a mentira em si, mas a destruição da esfera pública. Sem um espaço de debate comum, não há deliberação possível. Sem deliberação, a democracia torna-se mero ritual vazio, um formalismo que já não convence. O processo político converte-se em espetáculo, e os cidadãos, em plateia passiva. A democracia, que nasceu como *ágora*, transforma-se em *feed* de notícias, onde cada um assiste sozinho à sua própria versão da realidade. Tem mais: o ataque a democracia é fragmentado e intenso e a sua defesa é igualmente fragmentada e frágil, o que retroalimenta o processo.

As Variáveis Econômicas

Se a política contemporânea se converteu em *espetáculo de sombras*, a economia não fica atrás: ela também vive de aparências e truques de ilusionismo. A promessa ainda é a mesma - crescimento infinito em um planeta com recursos finitos -, mas o cenário mudou. O capitalismo, outrora triunfante após a queda do Muro de Berlim, agora revela sua fragilidade. As finas vestes do progresso são evidentes.

As variáveis econômicas do novo paradigma não são apenas números de PIB ou gráficos de inflação. São, sobretudo, narrativas de legitimidade, como na política. O capitalismo

⁷ WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Risks Report 2025*. Geneva, 2025.

⁸ VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. *Science*, v. 359, p. 1146-1151, 2018.

não sobrevive apenas de produtividade, mas da crença coletiva de que ele é o melhor dos mundos possíveis e nada a fazer para alterá-lo. Essa crença, hoje, encontra-se sob ataque, evidentemente. A desigualdade crescente, a precarização do trabalho (que alguns até louvam como se fosse “empreendedorismo”!) e a sensação de que os frutos do progresso são distribuídos em banquetes privados corroem a confiança nas virtudes de um sistema que já se apresentou como sinônimo de liberdade. A ideologia prevalece, como se verifica.

Thomas Piketty, em *Capital and Ideology*, lembra que as estruturas econômicas sempre foram acompanhadas de ideologias que as legitimam. Da propriedade feudal à sociedade de acionistas anônimos, cada arranjo exigiu uma narrativa justificadora: “a ordem natural”, “o mérito”, “a eficiência”⁹. O capitalismo contemporâneo, entretanto, parece ter esgotado suas justificativas, muito embora a sua linguagem coloquial seja a mesma. Nem a promessa de mobilidade social, nem o “mito do empreendedorismo” como redenção individual (no Brasil, os motociclistas de aplicativos velozes nas ruas) conseguem esconder o fato de que a riqueza se concentra em poucos conglomerados financeiros e tecnológicos - cerca de um quarto da capitalização do mercado de ações norte-americano é composto por cinco empresas. É a ironia do século XXI: nunca tantos acreditaram poder enriquecer, e nunca tão poucos o fizeram de fato. O capitalismo se tornou um *fetichê*.

Peter Hall, analisando a relação entre capitalismo e democracia, observa que esse vínculo não é, digamos, “natural”, mas histórico¹⁰. O casamento entre *economia de mercado* e regimes representativos deu-se no pós-guerra, mediado pelo Estado de bem-estar social, pelas políticas de pleno emprego e pela institucionalização de direitos sociais. Mas o que acontece quando esse contrato se rompe? O que acontece quando os cidadãos percebem que o crescimento não os inclui, que a promessa de bem-estar se converte em precariedade? O risco não é apenas econômico; é político. Democracias não sobrevivem quando a maioria se sente excluída do banquete. Os EUA são o mais importante exemplo desse processo social e político, basta que se verifique os espectros de riscos à democracia e às instituições.

Eis por que a variável econômica é central no novo paradigma: o capitalismo precisa reinventar-se ou arrisca-se a perder seu pilar de sustentação, a legitimidade democrática. Em tempos de desigualdade crescente, é fácil culpar o sistema político por não entregar justiça social. Mais difícil é reconhecer que o problema reside em estruturas globais de produção e finanças que escapam em importante medida e qualidade ao controle das urnas. O voto já não decide quem manda, apenas quem administra. O poder, como sempre, desliza silencioso para onde o cidadão não alcança. As autocracias são mais facilmente construídas nesse cenário.

Há uma oportunidade que precisa ser avaliada. Dani Rodrik, em um ensaio do ano passado, tem argumentado que a *desglobalização* não significa necessariamente

⁹ PIKETTY, Thomas. *Capital and Ideology*. Cambridge: Harvard University Press, 2020

¹⁰ HALL, Peter A. The Shifting Relationship between Postwar Capitalism and Democracy. *Journal of European Public Policy*, v. 30, n. 1, p. 1-19, 2023.

catástrofe¹¹. Ao contrário: pode ser a oportunidade para reconstruir contratos sociais nacionais, reequilibrando as tensões entre eficiência econômica e coesão social. Mas é curioso como as elites políticas e econômicas reagem a essa possibilidade: falam de globalização como se fosse uma entidade divina, imutável, eterna, e não uma construção histórica. A ironia é gritante: o mesmo sistema que se vangloria de sua flexibilidade para inovar mostra-se petrificado diante da ideia de reformar-se. Aqui no Brasil, a aforia ao “mercado” inviabiliza o debate sobre a necessidade de transformação econômica e social. Há um código imaginário e dogmático de comportamentos e pensamentos certos e errados e que sequer podem ser debatidos.

A financeirização é outro traço desse novo paradigma. O capital, antes ligado ao trabalho e à produção, agora parece pairar no ar, multiplicando-se em mercados abstratos, derivativos e, mais recentemente, em algoritmos de alta frequência. É um *capitalismo de sombras*, em que o valor não decorre da utilidade ou da inovação, mas da especulação em cascata e de curtíssimo prazo. O cidadão comum, diante dessa alquimia financeira, sente-se estrangeiro em sua própria economia. A cada crise - da bolha das hipotecas em 2008 à recente volatilidade das criptomoedas -, confirma-se a sensação de que o sistema é um cassino em que poucos entram pela porta principal e muitos saem pela saída de emergência. Afora as teorias da conspiração que grassam nas mídias, sem que se saiba sua procedência.

Diante da ortodoxia do mercado, vale lembrar sociólogo “heterodoxo” Karl Polanyi¹², ainda em meados do século XX, alertava para os perigos de uma sociedade submetida à lógica do mercado autorregulado. O chamado “duplo movimento” - a tendência de expansão do mercado seguida de reações sociais que buscam proteção - parece repetir-se em escala global. O problema é que, desta vez, a reação não assume a forma de sindicatos fortes ou partidos reformistas, mas de populismos identitários e autoritários. O povo, ao sentir-se traído pelo mercado, não exige mais direitos: exige “vingança”.

A ironia final é que o capitalismo, sistema que se apresentou como motor da modernidade, parece estar cavando sua própria cova ao perder a sua “capacidade de ser reformado”. Ao priorizar ganhos de curto prazo, destrói a base social que o sustenta. Ao concentrar riqueza, dissolve a coesão que legitima suas regras. E ao financiar a própria política, contamina a democracia que deveria protegê-lo. Metaforicamente, é como um edifício

¹¹ RODRIK, Dani. Deglobalisation has been exaggerated. *Financial Times*, 19 mar. 2024. Dani Rodrik é Professor de Economia Política Internacional da Fundação Ford na Harvard Kennedy School. Ele publicou amplamente nas áreas de desenvolvimento econômico, economia internacional e economia política. Sua pesquisa atual concentra-se em emprego e crescimento econômico, tanto em economias em desenvolvimento quanto avançadas (vide <https://www.hks.harvard.edu/faculty/dani-rodrik>)

¹² POLANYI, Karl. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press, 2001 [1944]. N.A.: Polanyi explica, nesse livro antigo e que foi reeditado em 2001 como a tentativa de criar um mercado autorregulado - em que trabalho, terra e dinheiro são tratados como “mercadorias fictícias” - desancora a economia da vida social (“*deembedding*” ou desencaixe ou descolamento”), o que produz desorganização social, crises e reações políticas.

que, ao erguer-se cada vez mais alto, esquece-se dos alicerces. Pode até tocar as nuvens, mas pode ceder ao terremoto político.

As Variáveis Sociais

Se a política se transformou em espetáculo e a economia origina ilusionismo, a sociedade tornou-se, com requintes pós-modernos (de novo, Bauman), um laboratório de paradoxos. Vivemos conectados como nunca e, ao mesmo tempo, isolados em cápsulas de identidade; partilhamos bilhões de informações por segundo e, ainda assim, parece que nunca nos compreendemos tão pouco. É o triunfo do ruído sobre a palavra, do eco sobre o diálogo.

O novo paradigma social desenha-se como uma sociedade em rede, acelerada pela tecnologia digital e, mais recentemente, pela inteligência artificial. A promessa é sedutora: acesso universal à informação, democratização do conhecimento, expansão das vozes. Mas basta raspar a superfície para perceber que nunca tivemos tantas ferramentas para dialogar e nunca estivemos tão surdos uns aos outros.

A inteligência artificial ocupa, nesse quadro, um lugar de destaque. Daron Acemoglu alerta que a IA, ao invés de libertar o homem, pode intensificar desigualdades e concentrar poder em plataformas e corporações¹³. O risco não é apenas econômico, mas político: algoritmos capazes de moldar preferências, manipular emoções e fabricar consensos podem transformar a democracia em uma “encenação”, em que a vontade popular é substituída por um “reflexo programado”. É como se o cidadão, outrora soberano na democracia, fosse rebaixado à condição de mero “usuário” - e o sufrágio universal substituído pelo clique distraído em uma tela.

Estudos recentes confirmam essa apreensão. Um artigo publicado no *Journal of Democracy* em 2024 enfatiza que a IA ameaça à democracia em pelo menos três dimensões: (i) fragiliza a representação, ao manipular campanhas políticas, (ii) mina a *accountability*, ao opacar os mecanismos de decisão, e (iii) compromete a confiança pública, ao inundar o espaço digital de falsificações convincentes¹⁴. Jungherr, por sua vez, constrói uma tipologia útil: a IA interfere no ciclo democrático em três estágios - informação, deliberação e decisão -, de modo que, se não regulada, pode capturar todo o processo¹⁵.

Mas talvez a inconsistência mais cruel seja que a tecnologia que deveria expandir a liberdade individual ameaça dissolvê-la em uma nova servidão digital. Os cidadãos, em vez de participantes ativos da esfera pública, tornam-se alvos de campanhas invisíveis,

¹³ ACEMOGLU, Daron. Harms of AI. NBER Working Paper 31122, 2023. Vide: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w29247/w29247.pdf. Acesso em 14.9.2025

¹⁴ How AI Threatens Democracy. *Journal of Democracy*, v. 35, n. 2, p. 45-59, 2024. In: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/how-ai-threatens-democracy/>. Acesso em 14.9.2025.

¹⁵ JUNGHERR, Andreas. Artificial Intelligence and Democracy: Conceptual Framework. *Policy & Internet*, v. 15, n. 3, p. 291-312, 2023. In: <https://fis.uni-bamberg.de/server/api/core/bitstreams/1c38477b-52ed-46f9-a2f7-6392b76036f6/content>. Acesso em 14.9.2025.

moldados por previsões estatísticas de comportamento. A democracia, nesse contexto, parece menos uma disputa de ideias do que um duelo de engenheiros de dados. Aqui no Brasil, assim como no mundo, segue o debate sobre a regulação das redes sociais e os impactos sobre a liberdade de expressão. Todavia o debate sobre a “servidão digital” não entra em pauta.

A desinformação digital ilustra esse risco com perfeição. O estudo já clássico de Vosoughi, Roy e Aral¹⁶ havia mostrado que notícias falsas se espalham mais rápido que as verdadeiras. Ora, se o espaço público é colonizado pela mentira, a consequência não é apenas um erro de julgamento, mas a corrosão da própria possibilidade de julgamento. A verdade deixa de ser horizonte comum: torna-se um produto, servido em doses individuais, como se cada cidadão pudesse ter a sua própria física, a sua própria história, a sua própria constituição. Nada sobra de sociedade quando já não partilhamos sequer a realidade.

Essa fragmentação social se reflete em “*tribalismos identitários*”. A promessa da globalização era a de um cosmopolitismo aberto, mas a realidade mostrou-se oposta: comunidades digitais erguem muros simbólicos mais sólidos do que fronteiras nacionais. O ressentimento identitário, dessa feita alimentado nas redes sociais que premiam o engajamento do ódio, converte-se em força política. A esfera pública degenera em um coliseu virtual em que o outro é menos interlocutor do que o próprio inimigo. Nesse contexto, a fragmentação se espalha e o “*contratribalismo*” se torna violento, sensor e excludente. O pior do cenário se instala.

Essa lógica é perigosa porque desmonta a base moral da convivência democrática. Democracias pressupõem o reconhecimento do adversário ou aquele que pensa diferente como legítimo, como alguém com quem se disputa, mas a quem não se deseja e não se pode eliminar. Quando o adversário é transformado em “inimigo absoluto”, o diálogo se converte em guerra. É a política reduzida a pulsão tribal, a economia reduzida a saque e a sociedade reduzida a instinto de sobrevivência.

Não se trata, contudo, de um destino inevitável. Como bem argumenta Acemoglu em outro ensaio, o futuro da tecnologia depende menos das máquinas e mais das escolhas sociais e políticas que fazemos sobre elas¹⁷. A inteligência artificial pode, sim, ampliar a participação democrática, criar mecanismos de deliberação mais inclusivos, facilitar o acesso ao conhecimento. Mas, para isso, é preciso domesticar o *Leviatã Algorítmico*, submetendo-o a regras públicas transparentes. Caso contrário, estaremos apenas entregando as chaves da democracia a engenheiros de software cuja legitimidade nunca foi sufragada. Ou, não é?

¹⁶ VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. *Science*, v. 359, p. 1146-1151, 2018.

¹⁷ ACEMOGLU, Daron. AI, Inequality, and the Future of Work. *MIT Working Paper*, 2022.

Por outro lado, não podemos esquecer que o risco social não se resume à tecnologia. Há também uma transformação cultural mais ampla: o deslocamento da esfera pública para a esfera privada. Em nome da liberdade individual, dissolvemos os vínculos coletivos que sustentavam a política. O resultado é uma sociedade de consumidores, não de cidadãos. Cada um fecha-se em sua “bolha de preferências”, e o espaço comum - esse tecido invisível que torna possível a convivência democrática - se desfaz.

O risco desse novo paradigma social é, portanto, a *atomização* dos indivíduos. Sem um senso de comunidade, a política torna-se guerra de todos contra todos, e a economia, um mercado sem contrato social. A ironia é que a globalização, que prometia unir o mundo, acabou por criar arquipélagos digitais de solidão. E, como se não bastasse, esses arquipélagos são governados por corporações cujo poder hoje rivaliza com o de Estados nacionais.

Em síntese: o paradigma social contemporâneo é marcado por três variáveis centrais - a digitalização, o tribalismo e a privatização da esfera pública. Cada uma delas, isoladamente, já seria suficiente para fragilizar a democracia e o capitalismo. Somadas, formam uma tempestade perfeita, um furacão invisível que ameaça arrastar consigo as bases de nossa civilização política.

Os Riscos do Novo Paradigma

É tentador imaginar que vivemos apenas mais uma crise cíclica da história. Afinal, desde Tucídides sabemos que a política é um teatro em que os atores mudam, mas o drama permanece: poder, guerra, corrupção, decadência. Contudo, o novo paradigma que ora se impõe - político, econômico e social - parece conter riscos qualitativamente distintos, como não poderia deixar de ser. Não se trata apenas de uma crise do presente: trata-se de uma ameaça ao próprio futuro da democracia e do capitalismo ocidental.

A democracia em erosão silenciosa

As democracias raramente caem com um estrondo. Em geral, apodrecem por dentro, por vezes com aparência sólida até que o colapso se torne evidente. Levitsky e Ziblatt advertiram que a democracia moderna tende a morrer aos poucos, não mais pela força dos tanques, mas pela manipulação das regras, pela captura das instituições, pelo gradual enfraquecimento das normas de tolerância e contenção¹⁸. O risco está na naturalização desse processo: quando a sociedade se acostuma à exceção, a exceção torna-se regra. A degradação institucional brasileira é exemplo disso.

Vomo afirmado acima, relatórios recentes do *V-Dem* e do *International IDEA* mostram que, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, mais da metade da população mundial vive em regimes autocráticos ou em democracias consideradas “em retrocesso”¹⁹. É como se estivéssemos diante de uma “onda contra” histórica: a terceira

¹⁸ *Op. Cit.*

¹⁹ *Op. Cit.*

onda de democratização, celebrada por Samuel Huntington, parece ter recuado, abandonando não um mar calmo, mas um pântano de incerteza²⁰.

O risco não é apenas institucional. É cultural. A democracia depende de crença coletiva, de fé compartilhada na legitimidade das regras do jogo. Quando cidadãos acreditam que a eleição está “roubada” como indicam as análises do IDEA sobre o aumento de contestações eleitorais²¹, a democracia perde sua alma. De que adianta o rito eleitoral se a liturgia da confiança desaparece?

O capitalismo sob suspeita

Se a democracia cambaleia, o capitalismo não parece mais firme como muitos acreditavam. O risco maior é o de perder sua narrativa legitimadora. Piketty mostrou, com dados históricos, que toda ordem econômica precisa de uma ideologia que a sustente²². Ora, que ideologia sustenta o capitalismo atual?

O mito da meritocracia desmorona quando CEOs recebem bônus milionários em anos de crise, enquanto trabalhadores perdem empregos. A narrativa do “mercado eficiente” soa como contraditória diante das bolhas financeiras sucessivas, desde os anos 1980. E a promessa de prosperidade compartilhada dissolveu-se em estatísticas de concentração de renda que são verdadeiramente obscenas.

A globalização, tal como a conhecemos, perdeu consenso político²³. Populações inteiras, sobretudo nas democracias ocidentais, associam-na mais a desemprego, perda de soberania e precarização do que a prosperidade. A ironia é que, ao tentar salvar o capitalismo, parte das elites opta por intensificar as mesmas políticas que o tornaram impopular: austeridade fiscal, liberalização desenfreada, financeirização sem limites. O efeito é previsível: mais ressentimento, mais populismo, mais risco.

Não se trata de profetizar o “fim” do capitalismo, como fazem alguns entusiastas do colapso, mas de reconhecer que ele enfrenta uma crise de legitimidade que se aprofunda nessa última década. Sem redistribuição, sem contrato social, o capitalismo perde sua capacidade de integração. E sem integração social, o capitalismo ocidental corre o risco de transformar-se em mera plutocracia, onde o poder político se confunde com o poder econômico.

A sociedade fragmentada

Os riscos sociais não são menos graves. A desinformação e a *tribalização* corroem o tecido comum que sustenta a política. Quando a esfera pública é substituída por

²⁰ A “terceira onda de democratização” é uma expressão cunhada pelo cientista político Samuel P. Huntington em sua obra clássica *“The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century”* (1991). O termo descreve o amplo e significativo movimento global de transição de regimes autoritários para democracias que começou em meados da década de 1970 e se estendeu até os anos 1990. (N.A.)

²¹ INTERNATIONAL IDEA. *The Global State of Democracy 2024: The Age of “Winner-Takes-All”* *Politics*. Stockholm, 2024.

²² *Op. Cit.*

²³ RODRIK, Dani. Deglobalisation has been exaggerated. *Financial Times*, 19 mar. 2024.

algoritmos que premiam o ódio, a democracia perde o oxigênio. A IA, já se disse acima, pode ser tanto ferramenta de emancipação quanto de servidão digital²⁴. O risco reside no fato de que, até aqui, os incentivos econômicos das grandes plataformas têm privilegiado a dependência crescente: mais engajamento, mais polarização, mais lucro.

Esse processo gera uma consequência insidiosa: a “privatização da verdade”. Cada cidadão, alimentado por bolhas informacionais, constrói sua própria realidade. E, quando não há realidade comum, não há política porque não há ação social. O risco, portanto, não é apenas de polarização, mas de dissolução do espaço público em milhares de microcosmos irreconciliáveis. A sociedade torna-se uma coleção de ilhas hostis, sem pontes nem horizontes compartilhados. A ideia de uma “sociedade em rede” (no uso da expressão cunhada por Manuel Castells²⁵) é um devaneio.

A conjunção perversa

Mas o perigo maior não está em cada uma dessas variáveis isoladamente; está na conjunção perversa entre elas. Democracia em erosão, capitalismo em crise de legitimidade e sociedade em fragmentação criam uma tempestade perfeita. O sistema político perde legitimidade; o sistema econômico perde confiança e a sociedade perde coesão. É a tríplice crise da modernidade ocidental.

O *Global Risks Report 2025* sintetiza esse quadro ao identificar a polarização social, a crise climática e a instabilidade tecnológica como riscos simultâneos²⁶. A ironia é que cada um desses riscos poderia, isoladamente, ser enfrentado por políticas públicas razoáveis. Mas, somados, criam um labirinto quase intransponível: governos fracos demais para regular a economia, economias frágeis demais para sustentar políticas sociais, sociedades divididas demais para exigir reformas. Sem essas reformas, o risco é planetário.

É possível imaginar cenário mais propício para aventureiros políticos? É neste terreno fértil que populismos autoritários florescem, prometendo ordem em meio ao caos, prosperidade em meio à crise, identidade em meio à fragmentação. A história, é claro, já nos mostrou para onde esse caminho conduz. Mas, como sempre, parece que preferimos repetir os erros do passado com nova roupagem, como se a tragédia pudesse disfarçar-se de farsa sem perder sua essência.

A tentação do colapso

²⁴ HOW AI Threatens Democracy. *Journal of Democracy*, v. 35, n. 2, p. 45-59, 2024.

²⁵ A ideia de “sociedade em rede”, formulada pelo sociólogo espanhol Manuel Castells, descreve uma nova forma de organização social e econômica emergente a partir da revolução tecnológica da informação e da comunicação, especialmente desde o final do século XX. Essa concepção foi desenvolvida principalmente em sua trilogia monumental “*A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*” — composta pelos volumes *A Sociedade em Rede* (1996), *O Poder da Identidade* (1997) e *Fim do Milênio* (1998).

²⁶ WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Risks Report 2025*. Geneva, 2025.

O risco final é a tentação de acreditar que a destruição do capitalismo e da democracia seja não apenas possível, mas desejável. Há quem veja na crise uma oportunidade de refundação radical. Mas convém lembrar que sistemas complexos raramente caem em silêncio. Eles desabam com estrondo, arrastando consigo vidas, direitos e esperanças. O perigo é imaginar que das ruínas surgirá automaticamente uma ordem melhor. Como Polanyi advertiu, as reações ao excesso de mercado nem sempre produzem sociedades mais justas²⁷ às vezes, produzem monstros autoritários.

Assim, o risco maior do novo paradigma não é apenas a destruição de instituições; é a destruição da esperança. Quando os cidadãos deixam de acreditar que é possível reformar o sistema, restam apenas duas alternativas: resignação ou revolta. Ambas são venenosas para a democracia, ambas corroem o capitalismo. A primeira porque paralisa; a segunda porque devora. E ambas porque se alimentam da mesma raiz: a descrença no futuro.

Prognóstico: destruição ou metamorfose?

A história não é um tribunal imparcial, tampouco uma narrativa linear. Ela é, antes, um palco de improvisos, onde a ordem e o caos disputam cada ato. Assim, diante do novo paradigma que delineamos - marcado por erosão democrática, crise do capitalismo e fragmentação social - a pergunta que se impõe é inevitável: caminhamos para a destruição ou para uma metamorfose?

A tentação apocalíptica é grande. Em momentos de crise, sempre surgem profetas do colapso, anunciando o fim iminente da democracia ou do capitalismo. E há quem aplauda, com uma estranha esperança de que, das ruínas, brotará uma nova ordem redentora. Mas a história, irônica como sempre, mostra que o colapso raramente produz renascimento imediato: antes, gera sofrimentos prolongados, escombros sociais, décadas perdidas. Basta lembrar a Europa entre guerras: da crise de 1929 ao totalitarismo, da promessa modernizadora ao horror dos campos de extermínio.

A hipótese da ruptura

Não é impossível imaginar que o Ocidente rume para um cenário de ruptura. Instituições democráticas fragilizadas, elites econômicas desmoralizadas, sociedades divididas - todos os ingredientes estão presentes. O populismo autoritário, já visível em várias democracias, pode consolidar-se como regime dominante. Nesse caso, a democracia não morreria com um golpe súbito, mas com uma série de pequenos cortes, até que, exangue, se tornasse apenas fachada para regimes personalistas.

O capitalismo, nesse cenário, não desapareceria. Pelo contrário: sobreviveria como uma versão degenerada de si mesmo, cada vez mais monopolista, cada vez mais distante da promessa de prosperidade compartilhada. Um capitalismo de elites, sustentado por

²⁷ POLANYI, Karl. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press, 2001 [1944].

regimes autoritários, não é ficção: já existe em diversos contextos. O risco para o Ocidente seria transformar-se em versão sofisticada daquilo que outrora era apontado como atraso.

A hipótese da adaptação

Mas há também a hipótese da metamorfose. Como observa G. John Ikenberry, a ordem liberal internacional, apesar de suas crises, mostrou-se resiliente em diversas ocasiões²⁸. Após os choques de 1970, após o colapso soviético, após o 11 de setembro de 2001, sempre houve reinvenção. O segredo, talvez, esteja em reconhecer que democracia e capitalismo não são essências imutáveis, mas arranjos históricos. O que pode morrer, portanto, não é o sistema em si, mas sua forma atual.

Dani Rodrik²⁹, em linha semelhante, defende que a desglobalização não precisa significar isolamento ou catástrofe. Pode, ao contrário, abrir espaço para contratos sociais mais robustos, em que os cidadãos recuperem algum controle sobre suas economias. Essa leitura sugere que o risco de destruição pode ser mitigado se houver coragem política para reformar. O capitalismo pode ser redistribuído, a democracia pode ser regenerada, a sociedade pode ser rearticulada. Mas, como sempre, a questão não é de possibilidade, mas de vontade.

Uma segunda fundação da democracia

Talvez seja necessário imaginar, como propôs Rosanvallon em outro contexto, uma “segunda fundação” da democracia³⁰. Não se trata apenas de preservar instituições antigas, mas de reinventar os modos de participação e deliberação. Em tempos de esfera pública digital, insistir em fórmulas do século XIX é como tentar navegar com velas em meio a motores a jato. A democracia precisa de novos dispositivos de transparência, de *accountability*, de participação cidadã mediada por tecnologia, mas sem submissão a ela³¹.

Da mesma forma, o capitalismo só pode sobreviver se reconstruir seus vínculos sociais. Sem redistribuição, sem proteção mínima contra desigualdade e exclusão, não há contrato social capaz de sustentá-lo. O risco de colapso é real, mas a alternativa de metamorfose

²⁸ IKENBERRY, G. John. *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*. Princeton: Princeton University Press, 2001. N.A.: mais especificamente, o argumento de Ikenberry é que a força da ordem internacional moderna reside menos na coerção e mais na capacidade das instituições de domesticar o poder, garantindo previsibilidade, legitimidade e estabilidade sistêmica.

²⁹ *Op. Cit.*

³⁰ ROSANVALLON, Pierre. *La contre-démocratie: La politique à l'âge de la défiance*. Paris: Seuil, 2006.

³¹ As modalidades pelas quais a “contra-democracia” (conceito que criou sobre o “complemento” que a democracia necessita para sobreviver), se manifesta são: a vigilância (dos atos dos poderes), o poder de impedir esses atos (veto, mobilizações, etc.) e a atuação do “povo-juiz” (crítica pública à política por meio de um julgamento. (N.A.)

também é. A história do Ocidente não é apenas a história de crises; é também a história de reinvenções.

Conclusão: o destino em aberto

Chegamos, enfim, ao ponto em que o círculo se fecha - ou, mais precisamente, em que se abre em múltiplas direções. O Ocidente encontra-se diante de um paradoxo que resume sua própria trajetória histórica: a força que o elevou ao topo pode ser a mesma que o precipitará ao abismo. A democracia, outrora celebrada como conquista irreversível, revela-se vulnerável como um cristal o capitalismo, antes proclamado como fim da história, mostra-se fatigado como um corredor exausto que, ao alcançar a meta, percebe não haver mais fôlego para continuar.

Os riscos que percorremos não são ficções acadêmicas. Eles se expressam nas estatísticas de erosão democrática, nos indicadores de desigualdade, nas redes sociais que transformam cidadãos em espectadores. São riscos concretos, visíveis a olho nu, embora frequentemente tratados com o desdém de quem acredita que instituições sólidas sempre se regeneram sozinhas. A ironia é que, ao presumirmos sua eternidade, aceleramos sua agonia.

E, no entanto, reduzir o horizonte a um cenário de destruição seria tão ingênuo quanto acreditar em sua indestrutibilidade. O que a história ensina, com cruel paciência, é que a política e a economia raramente morrem: elas se transformam. A democracia pode não sobreviver em sua forma liberal representativa atual, mas pode renascer em novos dispositivos de participação e deliberação ativados pelas novas tecnologias que alteraram os comportamentos sociais. O capitalismo pode perder sua face globalizada, mas pode reinventar-se em contratos sociais nacionais, mais atentos às demandas de redistribuição.

O destino não está escrito. Ele é contingente, dependente de escolhas humanas. A decisão não pertence aos algoritmos, tampouco a forças anônimas do mercado ou da história. Pertence a nós — frágeis, contraditórios, mas ainda dotados da capacidade de decidir. O maior risco, portanto, não é a destruição imposta de fora, mas o abandono voluntário de dentro: a apatia dos cidadãos, o ceticismo corrosivo, a descrença que, pouco a pouco, desfaz os fios invisíveis que tecem a confiança coletiva. Um voto a menos, uma mentira a mais, uma desigualdade tolerada, uma indiferença repetida.

Mas é igualmente possível que, da crise, surja metamorfose. Que a democracia reencontre sua vitalidade no século digital; que o capitalismo se reconcilie com a justiça social, que a sociedade, em vez de se fragmentar em ilhas hostis, descubra novas formas de comunidade. Nada garante tal futuro, mas, de outro lado, nada o impede.

Eis, portanto, a ironia última: perguntamos se os novos paradigmas podem destruir o Ocidente, quando o verdadeiro enigma é se o Ocidente ainda deseja sobreviver. Porque sistemas políticos e econômicos não se sustentam apenas por necessidade histórica, mas por fé coletiva. Se essa fé se extingue, nem a mais sofisticada constituição, nem o mais poderoso mercado, nem a mais brilhante tecnologia conseguirão manter de pé a obra humana.

O destino permanece em aberto. Talvez seja exatamente essa a grandeza e a tragédia da política: viver sempre no intervalo entre o risco e a esperança. Vamos trabalhar pela esperança?